

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ASSEMBLEIA FISCALIZA – TEMA EM FOCO 2023-2024

RELATÓRIO FINAL

(Art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022)

O **Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco** é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Tema escolhido: Acompanhamento da situação fiscal do Estado com foco na arrecadação

Deputado Zé Guilherme

Belo Horizonte

2024

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco 2023-2024

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório Final

Tema: Acompanhamento da situação fiscal do Estado com foco na arrecadação.

Objetivo Geral: Acompanhar a execução orçamentário-financeira do Estado com vistas ao monitoramento do equilíbrio **fiscal das contas públicas, com foco na arrecadação da receita.**

Objetivos específicos:

- I. Acompanhar a execução orçamentário-financeira do Estado.
- II. Acompanhar a evolução do resultado fiscal, primário e nominal.
- III. Acompanhar a evolução dos restos a pagar.
- IV. Acompanhar os gastos com saúde e educação para efeito do cumprimento dos mínimos constitucionais.

I – Contextualização do tema

A economia brasileira, no ano de 2023, continuou no processo de recuperação pós-pandemia de covid-19, apresentando resultados positivos. Em Minas Gerais, o produto interno bruto – PIB – cresceu 3,1% em relação a 2022.

A receita arrecadada em 2023, excluindo-se as receitas intraorçamentárias, superou a de 2022 em 0,62% (R\$620 milhões), crescimento reduzido devido à queda na arrecadação do ICMS sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, com a edição da Lei Complementar nº 194, de 23/6/2022, e ao baixo valor recebido pelo Estado (R\$177 milhões) em decorrência da recomposição dessas perdas tributárias. No entanto, em comparação com a previsão da LOA 2023, a arrecadação foi 4,79% (R\$4,6 bilhões) maior do que o previsto.

Em relação à Despesa Orçamentária (exceto intraorçamentária), a previsão atualizada foi de R\$109,9 bilhões, enquanto a despesa empenhada foi de R\$100,6 bilhões, o que representou uma economia orçamentária de R\$9,3 bilhões. Assim, o resultado orçamentário resultou superavitário em R\$299,4 milhões, superando a previsão da LOA 2023, de déficit de R\$3,5 bilhões.

No segundo trimestre do exercício de 2024, Minas Gerais registrou crescimento de 1,2% no PIB, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Até o 2º quadrimestre, o Estado obteve superávit de R\$7,01 bilhões, sendo que a receita arrecadada foi de R\$77,7 bilhões e a despesa foi de R\$70,66 bilhões.

II – Síntese dos trabalhos

Para acompanhar a execução orçamentário-financeira do Estado com vistas ao monitoramento do equilíbrio fiscal das contas públicas, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- acompanhamento da execução orçamentário-financeira do Estado, discriminada por grupos de despesa, categoria econômica da receita, despesa e receita por fonte de recurso, despesa por função e indicador de procedência e uso dos recursos;
- acompanhamento da evolução do resultado fiscal e do indicador do limite de pessoal do Poder Executivo disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- acompanhamento dos gastos com saúde e educação para efeito do cumprimento dos mínimos constitucionais.

Com o intuito de operacionalizar o plano de trabalho da comissão, foram elaborados quatro relatórios referentes à situação do Estado no segundo e terceiro quadrimestres de 2023, e no primeiro e segundo quadrimestres de 2024, que abrange a execução orçamentária da receita e da despesa, resultados e obrigações constitucionais e legais.

As análises apresentadas neste relatório basearam-se exclusivamente nos dados obtidos no Armazém de Dados Siafi-MG¹, nos Relatórios de Gestão Fiscal, nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, bem como na Lei nº 24.404, de 2/8/2023, a LDO 2024, e na Lei nº 24.678, de 17/1/2024, a LOA 2024.

III – Análise de dados e informações relativos ao tema

Apresentamos, a seguir, as informações referentes à situação fiscal do Estado no segundo quadrimestre de 2024, por serem os dados mais atualizadas do biênio.

III.1 – Receitas arrecadadas no segundo quadrimestre (2020 a 2024)

1 SIAFI-MG. Armazém de dados. Acesso em: 19 set. 2024.

A receita arrecadada de janeiro a agosto de 2024 aumentou 7,66% em relação ao mesmo período de 2023, como se pode ver na tabela 1, a seguir.

**Tabela 1 – MINAS GERAIS – Receita Arrecadada
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

Receita	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
RECEITAS CORRENTES	63.561.189	78.268.925	87.768.564	89.370.057	99.749.152	11,61%
RECEITAS DE CAPITAL	219.332	298.697	2.919.268	3.000.761	2.045.501	-31,83%
RECEITA INTRAORCAMENTARIA	7.599.892	9.849.257	10.249.555	5.760.316	5.034.666	-12,60%
DEDUCAO DAS RECEITAS	-6.065.334	-8.149.820	-24.531.588	-25.989.906	-29.161.423	12,20%
Receita Arrecadada	65.315.080	80.267.059	76.405.799	72.141.229	77.667.896	7,66%
Receita Estimada	97.181.597	105.730.779	104.952.577	106.103.956	114.404.510	
Percentual de Execução	67,21%	75,92%	72,80%	67,99%	67,89%	

As receitas correntes aumentaram 11,61%, principalmente em decorrência do crescimento da arrecadação do ICMS, de 13,43%. Já as receitas de capital caíram 31,83% no mesmo período, por causa da diminuição do volume de recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais.

**Tabela 2 – MINAS GERAIS – Receita Tributária
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

R\$ mil

Receita	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
ICMS	32.427.965	43.202.548	47.795.807	46.359.736	52.584.643	13,43%
IPVA	5.596.488	6.137.287	6.816.607	9.995.347	10.863.985	8,69%
IRRF	2.931.326	3.172.798	3.918.068	4.104.086	4.589.657	11,83%
ITCD	559.025	957.658	956.850	1.121.427	1.245.924	11,10%
Taxas	2.255.375	2.964.015	3.541.360	3.140.886	3.143.889	0,10%
Receita Tributária Arrecadada	43.770.179	56.434.306	63.028.692	64.721.482	72.428.098	11,91%
Taxa de Crescimento		28,93%	11,69%	2,69%	11,91%	
Participação da Receita Tributária na Rec	68,86%	72,10%	71,81%	72,42%	72,61%	
Previsto - Receita Tributária	69.779.607	68.043.648	86.439.620	91.839.384	103.007.228	
Percentual de Execução	62,73%	82,94%	72,92%	70,47%	70,31%	

A arrecadação dos impostos, taxas e contribuições aumentou 11,91% no segundo quadrimestre de 2024, em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme se vê na tabela 2. Por sua vez, as transferências correntes aumentaram 13,41% (tabela 3).

**Tabela 3 – MINAS GERAIS – Receitas Correntes
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

R\$ mil

Receita	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
CONTRIBUICOES	2.352.868	2.752.137	3.147.257	3.250.521	3.413.943	5,03%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	43.770.179	56.434.306	63.028.692	64.721.482	72.428.098	11,91%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.819.389	821.914	898.953	1.036.430	1.236.120	19,27%
RECEITA AGROPECUARIA	3.993	5.797	4.867	6.180	5.112	-17,28%
RECEITA DE SERVICOS	497.583	662.042	794.862	786.168	729.756	-7,18%
RECEITA INDUSTRIAL	328.006	437.147	255.600	178.277	185.969	4,31%
RECEITA PATRIMONIAL	792.842	3.566.346	3.168.148	4.198.094	4.519.708	7,66%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.996.330	13.589.236	16.470.186	15.192.904	17.230.445	13,41%
Participação das Transferências Corrente	20,45%	17,36%	18,77%	17,00%	17,27%	

A tabela 4 apresenta a evolução da receita arrecadada por fonte de recurso. Destaca-se a redução da fonte decorrente de recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais. O acordo

firmado entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A. prevê essa diminuição gradual até o exercício de 2026.

**Tabela 4 – MINAS GERAIS – Receitas Arrecadadas por Fonte de Recurso
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

R\$ mil

Fonte de Recursos	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
Recursos Ordinários - Recursos Não Vinculados de Impostos	32.475.854	40.626.731	43.834.017	42.846.635	47.496.676	10,85%
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb	5.531.707	6.586.183	7.648.121	7.935.460	8.317.583	4,82%
Recursos Recebidos por Danos Advindos de Desastres Socioambientais	1.507.074	79.870	2.739.236	3.004.473	2.262.631	-24,69%
Recursos Diretamente Arrecadados	1.312.158	1.738.784	2.177.531	2.824.544	2.357.469	-16,54%
Contribuição Patronal para o RPPS	1.612.190	2.619.370	2.860.741	3.210.913	3.510.394	9,33%
Recursos Ordinários - Outros Recursos Não Vinculados	0	0	0	2.856.023	3.331.144	16,64%
Contribuição do Servidor para o RPPS	1.133.513	1.466.754	1.698.466	1.743.853	1.823.371	4,56%
Taxa de Segurança Pública	928.270	1.149.399	1.389.996	975.591	844.250	-13,46%
Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	572.130	822.341	1.032.758	1.153.352	1.275.795	10,62%
Contribuição Militar para Custeio do Sistema de Proteção Social dos Militares	441.064	798.504	905.246	926.216	980.150	5,82%
Recursos de Desvinculação de Receitas	780.546	874.212	1.005.187	808.216	815.695	0,93%
Cota Estadual do Salário Educação – Qese	353.900	389.355	470.064	505.219	576.069	14,02%
Outras Fontes	18.666.675	23.115.557	10.644.436	3.350.733	4.076.668	21,66%
Receita Arrecadada	65.315.080	80.267.059	76.405.799	72.141.229	77.667.896	7,66%

III.2 – Despesas – 2º quadrimestre (2020 a 2024)

No segundo quadrimestre de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior, a despesa passou de R\$66,92 bilhões para R\$70,66 bilhões, ou seja, cresceu 5,59%, principalmente em decorrência do aumento das despesas de pessoal (8,21%), que somaram R\$44,93 bilhões, conforme tabela 5.

**Tabela 5 – MINAS GERAIS – Despesa Realizada
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

R\$ mil

Despesa	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
Pessoal	31.045.505	33.977.279	39.110.864	41.522.538	44.930.092	8,21%
Custeio	16.139.078	20.164.559	22.849.211	18.212.819	18.912.362	3,84%
Investimentos	1.847.080	2.580.820	6.420.426	4.550.257	4.518.211	-0,70%
Dívida	5.987.777	6.498.379	1.733.079	2.635.736	2.302.165	-12,66%
Transferências Constitucionais aos Municípios	12.022.606	13.869.634	598.901	0	0	
Despesa Realizada	55.019.440	63.221.037	70.113.580	66.921.350	70.662.829	5,59%
Crédito Autorizado	114.192.471	137.162.730	143.992.574	114.647.414	127.083.553	
Percentual de Execução	48,18%	46,09%	48,69%	58,37%	55,60%	

A tabela 6 apresenta a evolução da despesa realizada por função no segundo quadrimestre de 2024. Destaca-se o crescimento, em relação ao mesmo período do ano anterior, das funções previdência social (7,31%), administração (21,69%) e essencial à justiça (6,87%). O aumento da função administração pode ser explicado, em parte, pelo aumento da execução das emendas parlamentares, antecipada pelo fato de 2024 ser ano eleitoral.

**Tabela 6 – MINAS GERAIS – Despesa realizada por função
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

R\$ mil

Despesa	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
PREVIDENCIA SOCIAL	11.090.466	11.538.437	12.537.526	13.471.512	14.456.116	7,31%
SEGURANCA PUBLICA	9.802.785	10.791.896	12.537.068	12.770.395	13.241.465	3,69%
EDUCACAO	5.983.095	7.917.210	11.948.690	11.867.742	12.268.964	3,38%
SAUDE	8.751.052	8.170.946	9.404.448	11.100.398	11.471.137	3,34%
JUDICIARIA	3.063.226	3.254.570	3.988.513	4.951.557	5.007.505	1,13%
ENCARGOS ESPECIAIS	22.345.604	27.562.816	10.580.017	3.582.962	3.622.116	1,09%
ADMINISTRACAO	2.338.780	3.140.989	4.093.216	3.044.909	3.705.377	21,69%
ESSENCIAL A JUSTICA	1.458.655	1.602.439	1.914.060	2.351.096	2.512.518	6,87%
TRANSPORTE	385.837	558.537	977.795	1.318.446	1.177.284	-10,71%
LEGISLATIVA	961.561	1.004.760	1.109.289	1.218.629	1.341.452	10,08%
AGRICULTURA	240.399	257.263	382.971	368.342	448.695	21,81%
URBANISMO	101.351	70.191	279.130	169.069	310.117	83,43%
OUTRAS FUNÇÕES	519.236	1.220.617	959.757	706.293	1.100.085	55,75%
Despesa Realizada	67.042.045	77.090.670	70.712.481	66.921.350	70.662.829	5,59%

A tabela 7 mostra a evolução da despesa por fonte de recurso.

Tabela 7 – MINAS GERAIS – Despesa Realizada por Fonte de Recurso
2º quadrimestre (2020 a 2024)

Despesa	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
RECURSOS ORDINARIOS	36.408.019	38.242.254	38.928.735	41.143.996	45.171.046	9,79%
FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB	4.899.208	5.840.469	8.570.186	6.698.110	7.299.683	8,98%
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	1.432.239	2.749.873	3.106.003	3.643.456	3.931.608	7,91%
RECURSOS ORDINARIOS - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS	0	0	0	2.041.033	0	-100,00%
CONTRIBUICAO DO SERVIDOR PARA O RPPS	1.076.375	1.563.520	1.790.221	1.905.427	2.114.125	10,95%
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	630.474	795.879	1.024.165	1.657.440	983.505	-40,66%
RECURSOS ORDINARIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	655.313	850.056	1.015.759	1.364.199	362.507	-73,43%
RECURSOS RECEBIDOS POR DANOS ADVINDOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	175.722	801.385	1.813.101	812.108	313.463	-61,40%
CONTRIBUICAO MILITAR PARA CUSTEIO DO SISTEMA DE PROTECAO SOCIAL DOS MILITARES	430.500	806.100	922.000	1.131.274	1.022.813	-9,59%
TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	606.668	629.576	744.404	959.466	1.081.204	12,69%
TAXA DE SEGURANCA PUBLICA	869.924	1.027.505	1.073.330	961.128	1.336.662	39,07%
CONTRIBUICAO DO SERVIDOR DO ESTADO AOS INSTITUTOS DE PREVIDENCIA	767.072	478.278	482.487	503.240	595.703	18,37%
DEMAIS FONTES	19.090.532	23.305.774	11.242.090	4.100.472	6.450.509	57,31%
Despesa Realizada	67.042.045	77.090.670	70.712.481	66.921.350	70.662.829	5,59%

A tabela 8 traz a evolução da despesa por Identificador de Procedência e Uso – IPU. Destaca-se o crescimento da execução dos recursos recebidos para emendas parlamentares nesse quadrimestre (63,54%), comparativamente ao mesmo quadrimestre do ano anterior.

Tabela 8 – MINAS GERAIS – Despesa Realizada por Procedência e Uso
2º quadrimestre (2020 a 2024)

Despesa	2020	2021	2022	2023	2024	Crescimento 2023/2024
RECURSOS RECEBIDOS PARA EXECUCAO DIRETA DAS UNIDADES ORCAMENTARIAS	63.608.712	73.175.139	65.839.386	60.992.463	63.950.394	4,85%
RECURSOS RECEBIDOS DE OUTRA UNIDADE ORCAMENTARIA DO ORCAMENTO FISCAL PARA LIVRE UTILIZACAO	169.055	245.002	226.240	860.506	396.497	-53,92%
RECURSOS RECEBIDOS PARA CONTRAPARTIDA	15.684	12.512	8.696	14.179	17.530	23,63%
RECURSOS RECEBIDOS PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE PARTICIPACAO CIDADADA	50	1.057	2.787	2.373	13.268	0
RECURSOS RECEBIDOS PARA BENEFICIOS PREVISTOS NO ART.39 DA LC 64/2002	1.621.606	1.822.135	1.851.827	2.096.241	2.326.477	10,98%
RECURSOS RECEBIDOS PARA CONTRAPARTIDA DE OPERACAO DE CREDITO	814.776	877.603	1.222.243	1.470.886	1.643.891	11,76%
RECURSOS RECEBIDOS PARA AUXILIOS DOENCA, FUNERAL, ALIMENTACAO, TRANSPORTE E FARDAMENTO	735.032	798.202	988.174	1.044.476	1.594.821	0
RECURSOS RECEBIDOS PARA EMENDAS PARLAMENTARES	77.130	159.019	573.129	440.226	719.951	63,54%
RECURSOS RECEBIDOS PARA PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIAIS	67.042.045	77.090.670	70.712.481	66.921.350	70.662.829	5,59%
Despesa Realizada	67.042.045	77.090.670	70.712.481	66.921.350	70.662.829	5,59%

III.3 – Resultado Fiscal – 2º quadrimestre (2020 a 2024)

No segundo quadrimestre de 2024, o Estado obteve resultado fiscal superavitário de R\$7,01 bilhões, o que necessariamente não indica que o resultado fiscal será positivo no final do ano, porque uma parcela significativa do empenho das despesas se concentra no final do exercício.

**Tabela 9 – MINAS GERAIS – Resultado Fiscal
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

	2020	2021	2022	2023	2024
Receita	65.315.080	80.267.059	76.405.799	72.141.229	77.667.896
Despesa	67.042.045	77.090.670	70.712.481	66.921.350	70.662.829
Resultado Fiscal	-1.726.966	3.176.389	5.693.318	5.219.879	7.005.067

R\$ mil

III.4 – Indicadores fiscais

III.4.1 – Despesa com pessoal– 2º quadrimestre (2020 a 2024)

O indicador da Lei de Responsabilidade Fiscal relativo à despesa com pessoal do Poder Executivo ficou em 50,12%, conforme a tabela 10. Vale lembrar que tal percentual está acima do limite máximo das despesas de pessoal estabelecido pela LRF.

**Tabela 10 – MINAS GERAIS – Despesa com pessoal do Poder Executivo
2º Quadrimestre (2020 a 2024)**

Despesa com Pessoal	Executivo
Despesa com Pessoal	49.676.872,96
Despesa com Pessoal sobre a RCL	50,12%
Limite Prudencial	46,55%
Limite Máximo	49,00%

R\$ mil

III.4.2 – Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS – 2º quadrimestre (2020 a 2024)

No segundo quadrimestre de 2024, Minas Gerais aplicou 10,24% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais em ASPS. Em 2023, no mesmo período, esse percentual foi de 9,15%.

**Tabela 12 – MINAS GERAIS – Mínimo Constitucional – Saúde
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

			R\$ mil
Exercício	Valor aplicado	Percentual	
2020	3.598.938,42	10,65	
2021	3.650.190,10	8,30	
2022	4.473.372,49	9,02	
2023	4.619.964,84	9,15	
2024	5.864.466,41	10,24	

III.4.3 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE– 2º quadrimestre (2020 a 2024)

No 2º quadrimestre de 2024, a despesa com MDE correspondeu a 23,84% da receita líquida resultante de impostos. Em 2023, no mesmo período, o percentual aplicado foi de 23,78%.

**Tabela 13 – MINAS GERAIS – Mínimo Constitucional – Educação
2º quadrimestre (2020 a 2024)**

			R\$ mil
Exercício	Valor aplicado	Percentual	
2020	9.407.985	27,84	
2021	8.908.365	20,26	
2022	11.951.483	24,10	
2023	12.003.653	23,78	
2024	13.656.283	23,84	

IV – Conclusão(ões) e requerimentos de providências

No decorrer dos trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária durante o biênio 2023-2024, verificou-se que os objetivos traçados no plano de trabalho foram cumpridos.

Recomendamos a permanência do tema no próximo ano, uma vez que o assunto demanda acompanhamento contínuo e é primordial para a atuação desta comissão.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2024.

Zé Guilherme, relator

GCT/GFO/RIP/VCG